

# Senador Sarney defende reforma mas sem casuismo

14 JAN 1981

O senador José Sarney, presidente nacional do PDS, admitiu ontem que a atual lei eleitoral poderá sofrer mudanças para adaptar-se à nova realidade política do país, mas negou categoricamente a possibilidade de ser elaborada "uma reforma casuística na legislação, visando os interesses eleitorais do nosso partido. O PDS — frisou o senador — não está preocupado apenas com eleições, mas principalmente com o processo de democratização do país".

Segundo o senador maranhense a legislação eleitoral brasileira "está mais dispersa e contém textos às vezes antagônicos". Diante disso, anunciou que amanhã a comissão executiva nacional do PDS vai reunir-se em Brasília, para indicar uma comissão que se encarregará de estudar a codificação daquela lei.

## LUCENA

**João Pessoa** — O senador Humberto Lucena (PMDB) anunciou ontem em João Pessoa que a partir de março pretende pedir urgência na votação de um projeto de sua autoria que disciplina as coligações partidárias, "porque esta será uma forma de testar o governo para saber quais as suas intenções no tocante à matéria". O parlamentar não acredita na proibição das coligações, justificando que "dentro do pluri-partidarismo essa providência torna-se inviável".

Ele acha o quadro político nacional ainda indefinido e por isso vêm retardando definições sobre candidaturas ao governo da Paraíba, onde o PMDB deverá se coligar com o PP. "As regras do jogo, para nós, ainda não estão suficientemente claras, mas não acredito que o governo esteja preparando um novo pacote casuístico. Pelo noticiário dos jornais, o que há são estudos em torno de algumas medidas que poderão ser incorporadas ao atual sistema político-eleitoral".

Humberto Lucena acha que certas

propostas que tem surgido são polêmicas e não recebem a unanimidade dentro do próprio PDS, a exemplo da adoção do voto distrital. "A única coisa que eles poderiam aprovar seria a adoção da sublegenda para governador, porque esta interessa a grande maioria dos pedesistas", admitiu que a partir de 82 o governo pretenderá negociar politicamente com a oposição, "mas de oposição aceitaria esses entendimentos, por razões óbvias de caráter político-eleitoral".

## GRAVIDADE

O deputado Rui Silva (SP) não acredita na realização das eleições diretas de 1982 em face da gravidade da crise econômico-social que atravessa o país e da conseqüente aprovação de emenda restaurando as eleições diretas para a presidente da República que não interessa ao Palácio do Planalto.

O parlamentar paulista ainda não se definiu por nenhum dos partidos existentes e afirma que "ficaram assim o máximo de tempo permitido pela legislação".

Ele admite a possibilidade de integrar o PTB, caso Jânio Quadros venha a ser o candidato da legenda ao governo paulista:

"Porque sem ele a legenda não vale um centavo. E se houver eleição direta para o governo estadual, no que não acredito com tamanha crise econômico-social. Além do mais, você dúvida que, trinta dias depois das eleições dos novos governadores, pelo voto popular, o Congresso vote emenda constitucional, restaurando as eleições diretas para a presidência da República? E será isto o que o governo quer? Não acredito".

Indagado se já definida pela candidatura Jânio Quadros à sucessão de Paulo Salim Maluf, o deputado Maluly Neto (PDS-SP), respondeu:

Ainda não, mas parece a única saída possível para nós.